

O CONSELHO ESCOLAR NA ESCOLA DE EDUCAÇÃO INTEGRAL EM TEMPO INTEGRAL¹

Suyane Cristina Ferreira Pinho

RESUMO

O presente estudo analisa como os conselhos escolares podem promover a articulação da escola com a sua comunidade, de modo a contribuir para a implantação da educação integral em escolas de tempo integral, enquanto política pública municipal de Alagoinhas-Bahia. O campo empírico está voltado para a Escola Municipal Visconde do Rio Branco e a Escola Municipal José Abelha Flores, onde observa-se a atuação dos conselhos escolares. A pesquisa empírica adota a abordagem qualitativa com características etnográfica e para a coleta de dados, utiliza-se da entrevista semiestruturada e da observação participante. A pesquisa procura investigar como os Conselhos Escolares podem promover a articulação da escola com a sua comunidade, de modo a contribuir para a implantação da política pública da Educação Integral em Escolas de Tempo Integral no município de Alagoinhas-Ba. Para tanto, utiliza-se os seguintes autores: Gadotti (2009), Freire (1983), Paro (1996, 2016), Lück (2006), Gohn (2012), Abranches (2003), Moll (2009, 2012). Os resultados parciais da pesquisa, revelam que para o pleno funcionamento dos Conselhos, e conseqüentemente para que estes tenham poder de mobilização na busca de Políticas Públicas de Educação Integral em Escolas de Tempo Integral, faz-se necessário a participação ativa da escola e da sua comunidade no exercício democrático da cidadania. Como a escola está inserida na sociedade e dela faz parte, entende-se que não há exercício democrático na escola se não houver na sociedade como um todo.

PALAVRAS CHAVE: Conselho Escolar. Gestão Democrática. Educação Integral.

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa apresenta uma discussão e reflexão sobre a atuação dos Conselhos Escolares, em duas escolas da Rede Municipal de Ensino de Alagoinhas que desenvolvem atividades de jornada ampliada propostas pelo Programa Mais Educação. Essa análise tem como meta compreender como este colegiado pode contribuir para a implementação da educação integral em escola em tempo integral, como uma política pública municipal.

A pesquisa parte do estudo da legislação educacional brasileira, faz uma incursão histórica quanto aos aspectos referentes a Educação Integral e perpassa pelas concepções teóricas e filosóficas que norteiam esta modalidade educativa.

Por meio da análise documental, de entrevistas e de observações participantes, são levantadas as informações a respeito das unidades escolares ora pesquisadas, assim como as concepções que integram o coletivo escolar quanto a educação integral.

O objetivo deste trabalho é analisar como os conselhos escolares podem promover a articulação da escola com a sua comunidade de modo a contribuir para a implantação da educação integral em escolas de tempo integral enquanto política pública

¹ Pesquisa em andamento para a obtenção do título de mestre do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Educação da Universidad Interamericana sob orientação da Prof.^a Cláudia Maria da Silva Santos

municipal. Toda essa análise possibilita a reflexão sobre o papel do conselho escolar, assim como o seu fortalecimento.

A constituição da educação integral em escolas de tempo integral requer uma mudança paradigmática na educação escolar, pois é preciso compreender a cidade como território educativo educador e propor uma organização curricular na perspectiva de uma Educação Integral que legitime saberes comunitários do mundo e da vida.

A gestão democrática da educação se dá através da descentralização do poder e esta só pode acontecer mediante o fortalecimento dos Conselhos Escolares e, conseqüentemente, da participação efetiva de todos os atores sociais no processo de gestão.

É o Conselho Escolar, órgão colegiado, que possibilita a participação de todos os envolvidos com a ação de educar (pais, profissionais da educação e comunidade) a fim de participarem das decisões relativas à organização e funcionamento da escola.

É na ação colegiada que a gestão pode compartilhar com seus pares as responsabilidades das decisões o que implica corresponsabilizar os diversos atores sociais que compõem a instituição escolar, pela execução e avaliação dos projetos e programas.

No âmbito da gestão dos programas e projetos, os conselhos podem interferir quanto a adesão, acompanhamento e desenvolvimento das atividades relativas ao Programa Mais Educação e da Escola de Educação Integral em Tempo Integral, visto que as diretrizes do Programa preveem a participação da comunidade na escolha e definição das atividades de tempo integral que serão desenvolvidas na escola.

As Escolas de Educação Integral em Tempo Integral, são instituições democráticas que ampliam seus tempos e espaços de aprendizagem. Elas promovem espaços coletivos de diálogos com comunidade de seu entorno: igrejas, quadras esportivas, clubes, teatros, parques, praças, museus, cinemas, academias, universidades, centros de estudos, Ongs e movimentos sociais. Enfim, é uma escola articulada com o seu entorno na busca de uma educação integral, integrada e integradora.

Os movimentos sociais e as ONGs, exercem um papel importante no cenário da sociedade. Eles possuem características de lutas e reivindicações por uma sociedade mais justa, igualitária e democrática, e, no cenário educacional, podem contribuir para o desenvolvimento de políticas públicas que promovam a construção de múltiplos espaços de aprendizagem. Neste sentido,

[...] os movimentos sociais e as Ongs [...] podem chegar onde o Estado dificilmente chega. As Ongs são essenciais para o funcionamento da democracia. Se elas não existissem criariam um grande vácuo na sociedade, haveria um grande prejuízo para as populações mais pobres, pois muitos serviços públicos essenciais não seriam prestados.

[...]

A sociedade do conhecimento é uma sociedade de múltiplas oportunidades de aprendizagem. As consequências para a escola, para o professor e para a educação em geral são enormes. A educação ao longo de toda a vida implica ensinar a pensar, saber comunicar-se, saber pesquisar, ter raciocínio lógico, fazer sínteses e elaborações teóricas, saber organizar o seu próprio trabalho, ter disciplina para o trabalho, ser independente e autônomo, saber articular o conhecimento com a prática, ser aprendiz autônomo e a distância enfim, adquirir os instrumentos necessários para continuar aprendendo sempre” (GADOTTI, 2009, p 31)

Diante do exposto, a escola de educação integral em tempo integral tem por missão desenvolver em seus estudantes tanto a dimensão qualitativa - formação integral do ser humano - quanto a dimensão quantitativa - mais tempo na escola e em seu entorno. É uma escola que tem como missão contribuir para o desenvolvimento integral de suas crianças e jovens.

No entanto, para cumprir esta missão, fez-se necessário incorporar em seu currículo a dimensão do desenvolvimento humano em seus aspectos físico-motor, afetivo-emocional e social, além de conhecimentos artísticos, filosóficos, esportivos, culturais, tecnológicos e também promover o bom desempenho em Matemática, Português e Ciências, estabelecendo relações entre os conhecimentos sistematizados, o mundo e a vida.

Para cumprir tal propósito, a gestão escolar, precisa criar meios para promover a interlocução entre a escola e o seu entorno, de modo a possibilitar a integração entre o bairro e a cidade.

É preciso pensar nos espaços, no entorno da escola e, com eles, articular uma oferta mais ampla, em termos de tempo, e integração em relação a outros setores, tanto do poder público quanto das universidades e setores da sociedade civil. (SILVA in GADOTTI, 2009, p. 35)

Pensar a escola nessa perspectiva, requer uma reorganização dos espaços, do tempo e da sua proposta pedagógica, o que implica em um Projeto Político Pedagógico (PPP) articulado com os saberes e fazeres da comunidade. É preciso que estudantes,

professores, pais e comunidade em geral participem ativamente da construção do projeto pedagógico da escola e que este seja o orientador da prática pedagógica.

Nesta perspectiva, busca-se a organização de um currículo integrado, que vislumbra as questões locais e incentive a pesquisa articulada com os conteúdos do currículo formal de modo a subsidiar a construção do conhecimento articulado com o mundo e a vida em comunidade.

É importante salientar que esta escola além de proporcionar a mobilização e articulação dos diferentes segmentos que compõem o cenário educativo, precisa converter-se em um espaço de desenvolvimento comunitário, caracterizado pela descentralização do poder e da gestão.

O tempo integral, para ser efetivo, deve ser opção voluntária da escola ou de um conjunto de escolas. Não pode ser imposto. As escolas precisam ter condições para implantar essa inovação educacional. Precisam participar, desde o início, da discussão dessa nova política educacional e acompanhar o seu desenvolvimento. A implantação do tempo integral nas escolas exige preparo técnico-político e formação, tanto dos pais quanto dos alunos, dos professores e demais funcionários da escola (GADOTTI, 2009, p. 36)

Este movimento é que conferirá à instituição educativa uma autonomia política e pedagógica, de modo a propiciar a comunidade oportunidades para interferir nos rumos da Educação que quer para seus filhos e para a sua cidade.

A integração escola-comunidade é a base de constituição da cidade como território educativo. Pensar a cidade nesta ótica é vê-la como um espaço contínuo de construção de conhecimentos, é pensar seus espaços, as suas dinâmicas e seus movimentos como objetos de aprendizagem. Neste processo, a escola exercerá um papel de sistematizadora do conhecimento necessário à sua comunidade, visando ao desenvolvimento social, intelectual, político, econômico e cultural dos estudantes.

A escola de educação integral em tempo integral visa, através da descentralização da gestão, à constituição de um sistema de aprendizagem com foco na conquista da autonomia dos estudantes, para que estes sejam capazes de produzir novos conhecimentos e a partir destes transformar a sua vida e da comunidade que faz parte, tornando-se protagonistas de seus saberes.

Vale salientar que todas as escolas precisam ofertar uma educação integral, visto que esta visa ao desenvolvimento das diversas aprendizagens, o que constitui finalidade

primordial da educação que é apreender o mundo em suas diversas dimensões. Entretanto, não basta apenas ampliar o tempo de permanência dos estudantes na escola, é preciso ampliar o tempo, os espaços e as aprendizagens.

[...] considerar a questão das variáveis tempo, com referência à ampliação da jornada escolar, e espaço, com referência aos territórios em que cada escola está situada. Trata-se de tempos e espaços escolares reconhecidos, graças à vivência de novas oportunidades de aprendizagem, para a reapropriação de espaços de sociabilidade e de diálogo com a comunidade local, regional e global. (MOLL, 2009, p.18).

Pensar a escola de educação integral em tempo integral, é vislumbrar uma escola voltada para a sustentabilidade, em que os espaços de aprendizagem propiciam o desenvolvimento integral do ser humano, sob uma perspectiva holística.

Desta forma, só faz sentido pensar a ampliação do tempo e da jornada escolar, se esta atender aos princípios da escola de educação integral em tempo integral, visto que não basta apenas ampliar a jornada escolar, é preciso ofertar novas oportunidades e situações de aprendizagens emancipadora.

A democratização das relações no espaço escolar é condição *sine qua non* para a aprendizagem emancipadora, uma vez que a gestão compartilhada pressupõe a distribuição do poder, o partilhar de responsabilidades de modo a promover o exercício da autonomia. Na prática, a aprendizagem emancipadora eclode a partir de um rol de atividades diversificadas que integradas ao currículo e trabalhadas numa perspectiva político-filosófica, propicia à formação integral do sujeito que a apreende.

Com isso, pode-se dizer que a relação na escola de educação integral em tempo integral necessita ser permeada pelo diálogo, pela alteridade de forma que a organização do espaço escolar seja comum a todos. Para tal, é preciso que a luta por esta escola ocorra nas diversas esferas da sociedade, principalmente nas próprias instituições escolares, através do fortalecimento e mobilização dos conselhos escolares.

Será que os conselhos escolares estão fortalecidos a ponto de promover e articular o debate em torno da comunidade escolar quanto a fomentação de políticas públicas que garantam a continuidade e o enraizamento de ações efetivas para o desenvolvimento da escola de educação integral em tempo integral?

METODOLOGIA

Para o desenvolvimento desta pesquisa adota-se a abordagem qualitativa com características etnográfica e para a coleta de dados, utiliza-se da entrevista semiestruturada e da observação participante.

O campo empírico está voltado para a Escola Municipal Visconde do Rio Branco, onde observa-se a atuação dos conselhos escolares. A pesquisa procura investigar como os Conselhos Escolares podem promover a articulação da escola com a sua comunidade, de modo a contribuir para a implantação da política pública da Educação Integral em Escolas de Tempo Integral no município de Alagoinhas-Ba.

RESULTADOS ESPERADOS

Espera-se com este estudo contribuir para a ampla discussão do tema, em busca de possibilidades de soluções, através de uma educação participativa, que propicie o fortalecimento dos conselhos escolares e a mobilização social em prol do desenvolvimento de políticas públicas de educação integral em escola de tempo integral.

RESULTADO PARCIAL

Os resultados parciais da pesquisa, revelam que para o pleno funcionamento dos Conselhos, e conseqüentemente para que estes tenham poder de mobilização na busca de Políticas Públicas de Educação Integral em Escolas de Tempo Integral, faz-se necessário a participação ativa da escola e da sua comunidade no exercício democrático da cidadania. Como a escola está inserida na sociedade e dela faz parte, entende-se que não há exercício democrático na escola se não houver na sociedade como um todo.

REFERENCIAS

GADOTTI, Moacir. **Educação Integral no Brasil: inovações em processo**. Livraria Instituto Paulo Freire São Paulo, 2009.

MOLL, Jaqueline (Org.). **Caminhos da Educação Integral no Brasil: direito a outros tempos e espaços educativos**. Porto Alegre: Penso, 2012.

SILVA, Luiz Heron (org.) et all. **A escola cidadã no contexto da globalização**. 5 ed. Petrópolis: Vozes, 2001, p. 308-319.